

ATOS DO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 101, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a limitação de empenho e movimentação financeira e altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Ministério Público da União.

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, com fundamento no art. 26, inciso VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no art. 73, § 1º, inciso I, da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2026), e tendo em vista os créditos adicionais do exercício, resolve:

Art. 1º Ficam contingenciados, na forma do Anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenhos relativos às despesas de capital constantes da Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2026).

Art. 2º Em razão da indisponibilidade de valores de que trata o art. 1º e dos créditos adicionais do exercício, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGR/MPU nº 20, de 11 de fevereiro de 2026, publicada no DOU, Seção 1, pág. 194, de 13 de fevereiro de 2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

ANEXO I

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO LIMITAÇÃO DE EMPENHO				
34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL				R\$1,00
PROGRAMA DE TRABALHO		NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0031.110E.0238 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR - No Município de Boa Vista - RR		4.4.90.00	1000	2.099.668
T O T A L				2.099.668
34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR				R\$1,00
PROGRAMA DE TRABALHO		NATUREZA	FTE	VALOR
03.062.0031.4263.0001 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar		4.4.90.00	1000	20.752
T O T A L				20.752
34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS				R\$1,00
PROGRAMA DE TRABALHO		NATUREZA	FTE	VALOR
03.062.0031.4261.0053 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT - No Distrito Federal		4.4.90.00	1000	5.929
T O T A L				5.929
T O T A L G E R A L				2.126.349

ANEXO II

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2026 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL			R\$1,00
MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	
JANEIRO	1.604.000.000	170.370.000	
FEVEREIRO	2.300.217.638	341.030.640	
MARÇO	2.996.435.276	511.551.205	
ABRIL	3.692.652.914	679.304.781	
MAIO	4.388.870.552	850.032.774	
JUNHO	5.085.088.190	1.020.781.386	
JULHO	5.781.305.828	1.191.526.124	
AGOSTO	6.477.523.466	1.362.270.608	
SETEMBRO	7.173.741.104	1.533.018.169	
ATÉ OUTUBRO	7.874.248.175	1.717.809.451	
ATÉ NOVEMBRO	8.574.755.246	1.900.474.385	
ATÉ DEZEMBRO	8.584.755.246	2.085.265.667	
Nota: Esta programação inclui créditos adicionais das Portarias GM/MPO nºs 119/2026 e 235/2026, relativos à ADI 7922, não contém créditos especiais reabertos, e poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação de empenho ou créditos adicionais.			

Tribunal de Contas da União

PORTARIA TCU Nº 147, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITAL DO RÊGO

